



Ano 6 - Edição 84 | Recife, 13 de abril de 2012

## A retomada da indústria brasileira: o recado de Antônio Barros de Castro

Leonardo Guimarães Neto\*

A indústria brasileira, que não vem agüentando a competição de vários países que fazem qualquer negócio para ter acesso aos mercados mais dinâmicos como o nacional, acaba de receber um pacote de estímulos para retomar o dinamismo perdido. No elenco dos estímulos estão desoneração fiscal, ampliação e barateamento do crédito inclusive voltado para o processo de inovação, uma nova política para o setor automobilístico com redução de até 30% de imposto sobre produtos industrializados, redirecionamento das compras governamentais para aquisição de determinados bens produzidos internamente, redução de impostos para os segmentos de tecnologia da informação. Alguns calculam que deverão chegar a mais de R\$ 60 bilhões os estímulos oferecidos neste primeiro pacote.

Embora bem recebida, a proposta foi considerada insuficiente pelos sindicatos patronais e os dos trabalhadores que cobraram medidas voltadas para em três aspectos que consideram relevantes: (i) desvalorização do câmbio, (ii) redução dos juros e dos spreads bancários e (iii) redução do preço de insumos fundamentais para a atividade industrial, entre eles a energia elétrica.

Tudo indica que o princípio básico que presidiu a proposta e que está alimentando as discussões foi o de proteção à indústria nacional diante de uma ofensiva que reduziu nos mercados externos e, sobretudo, no mercado interno, a sua capacidade de competição reduzida há mais de uma década. Se esta avaliação é verdadeira, não resta dúvida que as propostas, embora importantes para estancar a sangria, serão insuficientes para encaminhar uma solução definitiva para a indústria brasileira.

De fato, a perda de competitividade da indústria nacional não se deve, unicamente, ao custo Brasil associado à enorme carga tributária, aos juros e aos spreads bancários altos, aos altos preços da energia elétrica e aos enormes déficits de infra-estrutura de transporte e logística. Está certamente associada à reduzida capacidade de inovação da grande maioria dos segmentos produtivos da indústria nacional, em um contexto de acelerado avanço tecnológico nos países competidores. Neste particular, o exemplo mais evidente é o da China, que vem ganhando mercados não somente no Brasil, mas em todo mundo, competindo com países cujo desenvolvimento científico e tecnológicos é da maior relevância.

Há, de fato, um novo contexto, que não pode ser omitido, no qual a China vem se consolidando como um paradigma em um ambiente muito diferente do que o Brasil viveu nos anos 50 a 80, do século passado, quando agregando valores, complementando a estrutura produtiva e sofisticando-a o país avançou e conseguiu conviver com as economias mais avançadas, tecnologicamente maduras e com lento crescimento da produtividade. Segundo Antônio Barros de Castro, que nos últimos anos de sua vida estudou profundamente este novo ambiente que põe em xeque o antigo caminho seguido pelo Brasil na direção da industrialização, não se trata hoje de superar um hiato em relação a concorrentes que evoluíam lentamente em termos tecnológicos e de produtividade. Para ele, esta premissa não existe mais, e os concorrentes do Brasil, notadamente a China, “ainda estão amadurecendo, estão alcançando novos patamares de produtividade e agora aumentando o esforço tecnológico para acelerar sua eficiência”. A

China, na sua constatação, teria superado a fase de “made in China” para outra de “created in China”.

Neste contexto, Castro acredita que o Brasil, de início, deve ganhar tempo até induzir as grandes transformações, garantindo superávits no balanço de pagamento por 10 ou 15 anos com petróleo e com matérias primas agrícolas, além da expansão do mercado interno “colocando areia para limitar a sua [do mercado interno] ocupação por importação; e desenvolver o potencial industrial visando não otimizações, mas mudanças”. Com isto, o que o referido economista quer assinalar é que a aposta brasileira deverá estar centrada na construção de uma nova estrutura industrial que privilegie segmentos que a China tem dificuldades para entrar. O desenvolvimento agrário constitui uma trégua valiosa para que o Brasil aplique conhecimentos para desenvolver coisas próprias e originais. Neste particular, a indústria ligada ao pré-sal, a de novos materiais, a indústria de aços especiais, a química de etanol com o desenvolvimento de plásticos verdes, (trazendo inclusive a indústria automobilística chinesa), de máquinas adaptadas às condições tropicais de solo e clima. Enfatiza: “Não tem que melhorar, tem que mudar. Otimização a China faz melhor”

É possível interpretar a percepção de Castro afirmando que ele acredita que estamos no limiar de uma grande mudança que significa um salto qualitativo tão importante quanto o das transformações que o país conseguiu dar na sua industrialização nos meados do século XX, quando foi superado o modelo primário-exportador tão estudado pelos economistas da CEPAL. O que se pode agregar às oportunas observações de Castro é que as propostas apresentadas pelo governo provavelmente constituem uma trégua ou pré-condição para que o país realize as mudanças e transformações na sua estrutura produtiva, redefinido os novos rumos do seu desenvolvimento. As mudanças necessárias são mais radicais e exigem ações que ultrapassam a mera promoção de estímulos protetores.

PS: Ver livro organizado por Ana Célia Castro e Lavínia Barros de Castro – Antônio Barros de Castro: o Inconformista. IPEA. Brasília. 2011. Em especial as entrevistas das páginas 97 a 103.

\* Leonardo Guimarães Neto é Economista e Sócio da CEPLAN